

NACIONAL

PORTUGAL ESTÁ A MORRER

Bebés precisam-se

Estamos a ficar um país de velhos; todos os anos perdemos 50 mil crianças – ao mesmo tempo que os portugueses maiores de 65 anos crescem a uma taxa de 140 por cento



Arquivo Impala

Portugal perdeu quase 300 mil crianças nos seus quadros populacionais no decorrer de apenas 11 anos. Em 1991, havia no nosso país um total recenseado de quase dois milhões de pessoas com idades até aos 15 anos (exclusive): mais exactamente, 1 928 457 crianças. Mas uma penosa tendência decrescente cifrava essa população jovem em 1 645 753 pessoas no ano 2002: uma quebra de cerca de 283 mil crianças, reflectindo um envelhecimento galopante do País.

Os números oficiais para 2003 ainda não se encontram disponíveis, mas os especialistas são unânimes em considerar irreversível o declínio infantil, que começou a sentir-se com mais expressão ainda nos anos 60 do século XX, embora com um agravamento exponencial nas últimas duas décadas. A

quebra de população infantil (com uma fugaz excepção em 2001, na fase final do "paraíso guterrista") tem mantido uma cadência descendente de cerca de 50 mil crianças por ano, sem recuperação nos anos seguintes.

Estes números assustadores, confirmados nos últimos dias pela Focus junto das instâncias europeias e cancelados pelos estudos projectivos do Instituto Nacional de Estatística, traçam um quadro de declínio físico e cultural do País – precisamente quando Portugal quase ignorou o Dia Internacional das Famílias, no passado dia 15 de Maio, e se prepara para assinalar com timidez o Dia da Criança, no próximo dia 1 de Junho.

E, contudo, não faltam razões para preocupação. Segundo dados da divisão de estatística da União Europeia,

os jovens e crianças com menos de 15 anos representavam em 1960 quase 30 por cento do total da população portuguesa; mas o processo de declínio já os tinha reduzido, em 1991, a uns escassos 20 por cento. O Observatório para os Assuntos da Família, constituído em Lisboa em Maio do ano passado, interpreta de forma crua as projecções do Instituto Nacional de Estatística para as próximas décadas: "Até ao ano 2050", sublinham os directores do Observatório, "a proporção de jovens atingirá um valor relativo que oscila entre os 16 e os nove por cento; e a proporção de pessoas com mais de 65 anos duplicará, atingindo valores que se aproximam dos 30 por cento". Mas prevê que, "no cenário mais extremo", essa relação desigual "possa atingir os 395 idosos por cada 100 jovens".

Arquivo Impala



POLÍTICAS
A estatística europeia mostra que nascem mais crianças nos países com melhores políticas de apoio à primeira idade

Arquivo Impala

IRREVERSÍVEL – A taxa de natalidade está em crise: Portugal já figura na “zona vermelha” da tabela, com 1,42 filhos por mulher

João César das Neves, da direcção do Observatório, considera a família “a questão decisiva, o elemento fracturante, o aspecto social central da nossa era”. E o Observatório atribui o processo de envelhecimento demográfico, entre outras causas, ao “declínio da fecundidade, acompanhado de um aumento da duração média de vida”. O próprio Instituto Nacional de Estatística estipula, com fundamento nos números apurados, que “Portugal é actualmente um país de baixa fecundidade, registando valores inferiores ao nível necessário para assegurar a substituição das gerações”.

Isto vê-se com particular pungência na faixa de crianças em idade pré-escolar (até aos cinco anos). Em 2000, a estatística já só registava 640 mil; agora, depois de uma subida quase irrelevante para os 670 mil (resultante, sempre, de dois anos de confiança desmesurada na economia durante a última fase da gestão Guterres), as projecções são implacáveis: 500 mil em 2040, 470 mil em 2050 – uma quebra de 26 por cento. Um ligeiro aumento da idade

média de parto (de 23,6 para 26,8 anos) é explicada pelo Instituto como consequência do alargamento da escolaridade obrigatória e das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e à habitação própria.

Esta quebra drástica nos índices de juventude da sociedade portuguesa tem sido acompanhada, como seria de calcular, por um aumento igualmente significativo da percentagem de cidadãos com mais de 65 anos de idade: em 1960, eles representavam apenas oito por cento da população total; em 1970, tinham subido para dez por cento; em 1981, para 11 por cento; e em 1991 para 14 por cento. Hoje, essa faixa etária representa já 17 por cento dos portugueses.

Os avanços da Medicina explicam, em grande parte, o incremento da taxa de longevidade. Em 1940, a esperança de vida dos portugueses de ambos os sexos não ia além dos 50 anos; em 1970, ela cifrava-se já em 65 anos para os homens e 72 anos para as mulheres; hoje, o homem português vive em média 74 anos, e a mulher, 80. ▶

O ESTRANHO DECLÍNIO

Nem a tradição familiar salva os espanhóis do envelhecimento

A Espanha católica, em que as crianças tradicionalmente desempenham um papel de destaque, ocupa hoje, surpreendentemente, o último lugar do ‘ranking’ europeu da natalidade. Em média, cada mulher espanhola tem apenas 1,2 filhos (contra 2,75 em 1976).

Durante décadas, ter muitos filhos era visto como uma bênção. Enquanto as mulheres dos grandes agregados familiares cuidavam dos filhos, a educação era da responsabilidade da Igreja. Embora desde a redemocratização do país, nos anos 70, a sociedade tenha mudado de forma radical, a política da Família manteve-se praticamente inalterada. Ainda hoje a Espanha é o único país da União Europeia onde não existe abono de família regular.

Verdadeiramente catastrófica é a situação do acompanhamento das crianças. Não há creches públicas; e o horário das escolas (a partir dos três anos) é praticamente incompatível com o horário do trabalho dos pais. Se não fossem as avós, a situação ainda era mais dramática. As jovens optam por não ter filhos para escaparem aos encargos.

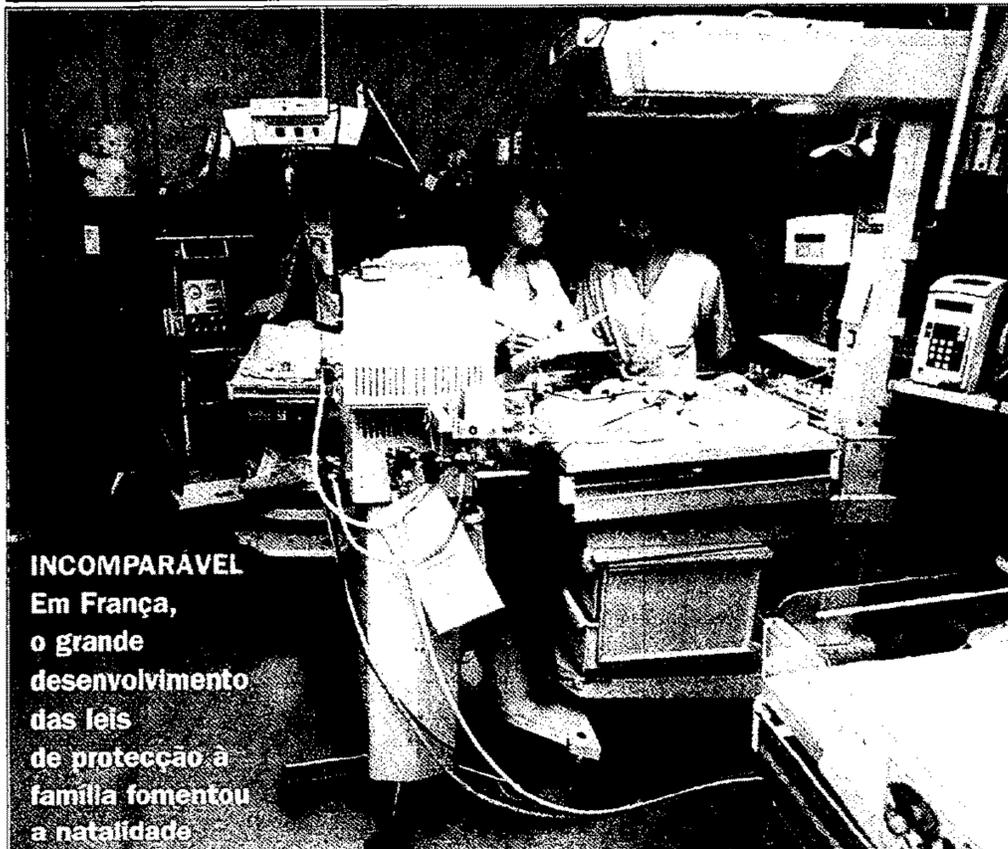
Desde 2003, as mães empregadas com filhos pequenos recebem um subsídio para ajudar a pagar a frequência de uma creche ou um infantário da rede privada. Contudo, a fazer fé nos números, esse subsídio não constitui um grande incentivo: apenas 44 por cento das mulheres trabalha fora de casa, sendo que o número de empregos em ‘part-time’ é insignificante. Apenas 44 por cento das espanholas trabalha. A maioria, quando engravida, deixa o emprego. ■

FOCUS-MAGAZIN

EM QUEDA
As crianças representavam 30 por cento da população portuguesa; hoje, representam menos de 20, sempre com tendência para diminuir



Arquivo Impala



INCOMPARAVEL
Em França,
o grande
desenvolvimento
das leis
de protecção à
família fomentou
a natalidade



Arquivo Impala

QUATRO PARA UM
No cenário mais extremo,
acabaremos por ter 395
idosos por cada 100 jovens,
calcula o Observatório para
os Assuntos da Família



Arquivo Impala

TRADIÇÃO E MODERNIDADE

**Na Irlanda, a pujança
da economia fortaleceu as famílias**

Ter muitos filhos faz parte da tradição católica irlandesa. O lugar de uma mãe sempre foi em casa, mas o forte crescimento económico dos últimos 20 anos originou profundas mudanças na sociedade irlandesa. Também as mães começaram a tornar-se necessárias como mão-de-obra, um passo que foi facilitado por um conjunto de novas leis, como a legalização de meios contraceptivos. Hoje, 46,1 por cento das mulheres casadas tem um emprego.

Foi só em 2000 que o Estado finalmente reagiu à nova situação, introduzindo um abono de família para o primeiro e o segundo filho, uma licença de parto paga (18 semanas) e uma licença de maternidade (14 semanas) não paga.

Actualmente, a República da Irlanda voltou a apresentar a maior taxa de natalidade da Europa. No entanto, esse aumento deve-se menos à intervenção do Estado do que ao maior poder de compra das famílias. Para as estruturas de acolhimento dos filhos, os pais empregados gastam em média 20 por cento dos seus rendimentos; 40 por cento dispõe de uma ama e 26 por cento paga a um familiar para tomar conta dos filhos. A lei irlandesa não prevê o direito ao lugar num infantário, praticamente não existem creches e não há ajudas fiscais para famílias com filhos. ■

FOCUS-MAGAZIN

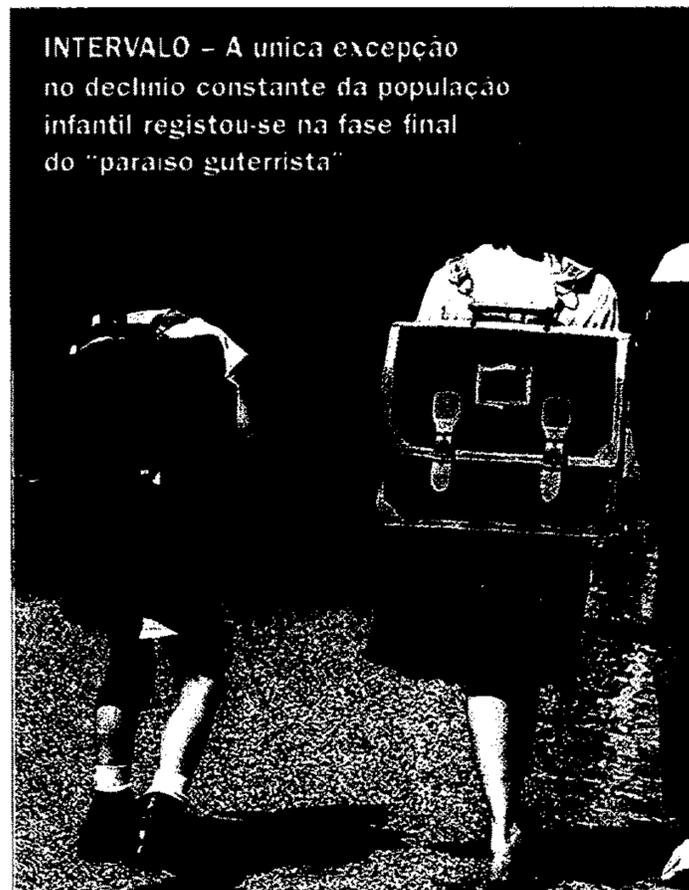
► Conclusão do Instituto Nacional de Estatística: "Entre 1960 e 2001, o envelhecimento demográfico traduziu-se por um decréscimo de cerca de 36 por cento na população jovem e um incremento de 140 por cento da população idosa". Isto é: "em valores absolutos, a população idosa aumentou quase um milhão de indivíduos, passando de 708 570 (em 1960) para 1 702 120 (em 2001)".

João Correia, da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, considera estamos perante "uma tragédia cultural": "O país está a envelhecer e isto, socialmente, é uma catástrofe. A manter-se esta tendência demográfica, Portugal poderá eclipsar-se culturalmente". E também socialmente: segundo os censos de 2001, havia já 630 famílias constituídas por uma só pessoa, correspondendo metade ao escalão "maiores de 65 anos", muitos vivendo em condições económicas débeis. A par, como consequência inevitável, decresce de um modo geral o número de portugueses: somos hoje cerca de dez milhões, mas (segundo a estimativa demográfica da ONU divulgada há meses) em 2100 seremos pouco mais de sete milhões.

Havendo cada vez mais velhos e cada vez menos novos em Portugal, pondera João Correia, da Associação de Famílias Numerosas, é inevitável que tenhamos de recorrer crescentemente "à mão-de-obra estrangeira". E tudo

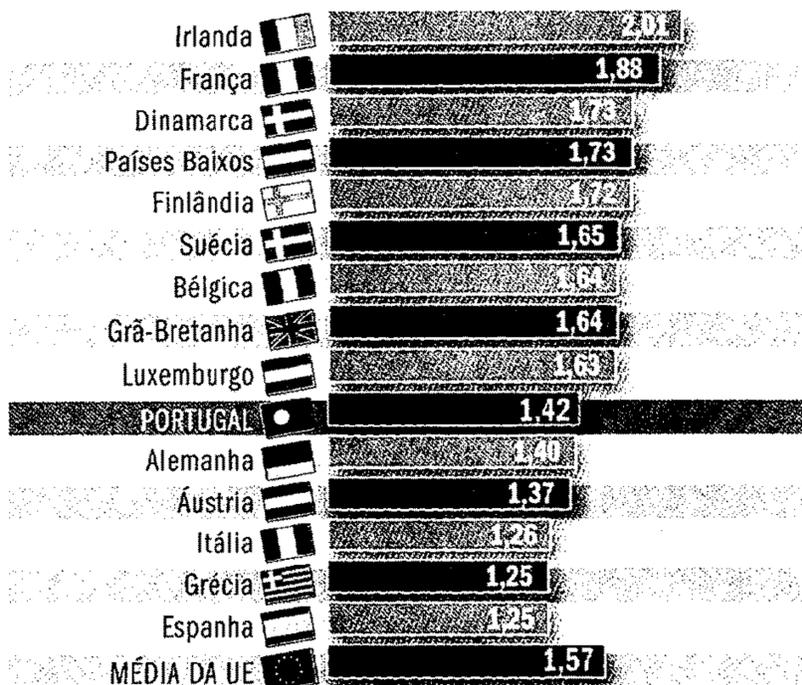
indica que essa tendência segue já o seu caminho, a passos largos: "A proporção de população com nacionalidade estrangeira mais que duplicou entre 1991 e 2001", atesta o Instituto Nacional de Estatística. Os residentes estrangeiros correspondem hoje a 2,2 por cento do total da população de Portugal; destes, apenas cinco por cento são idosos e 14 por cento menores de 25 anos. A esmagadora maioria ocupa os escalões baixos da idade ac-

INTERVALO - A única excepção no declínio constante da população infantil registou-se na fase final do "paraíso guterrista"



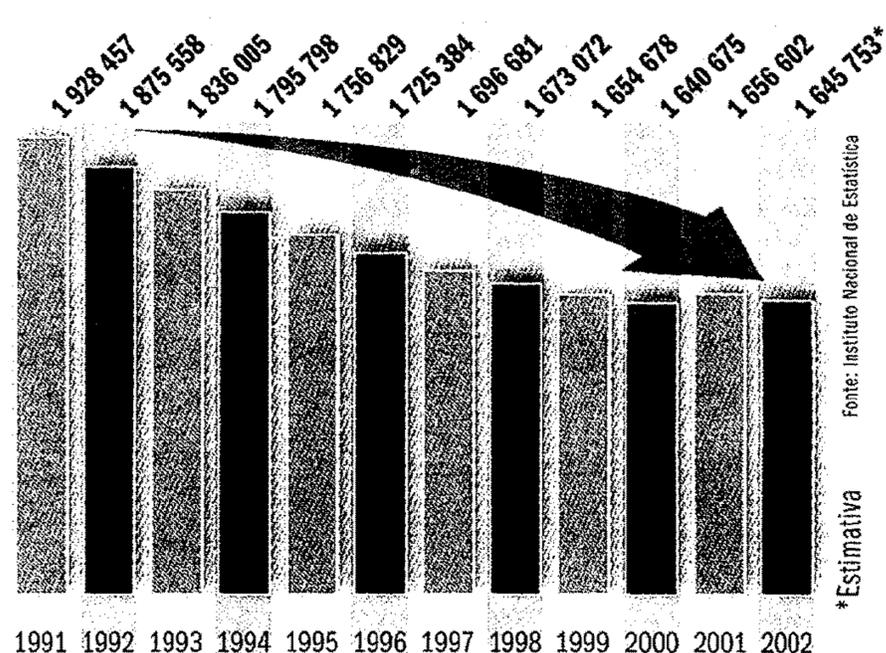
TAXA DE NATALIDADE EM 2002

Número de filhos por mulher



22/04/FOCUS - Infografia Impala

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ENTRE OS 0 E OS 14 ANOS (INCLUSIVE)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

* Estimativa

tiva, com predominância masculina.

Para João Correia, porém, nem tudo está perdido: é ainda possível "criar condições para que os portugueses possam ter mais filhos" e inverter, assim, a flecha descendente. Mas a verdade é que as políticas portuguesas de família ignoram sistematicamente as tendências demográficas comprovadas, nomeadamente ao nível dos apoios de prestação social às famílias e à educação dos filhos.

A estatística europeia mostra que nascem mais crianças nos países da União com "abonos de família" mais elevados e políticas mais constantes de apoio à primeira idade. A evidência é hoje dada pela França, onde o Estado pôs em acção um critério generoso de atribuição de subsídios familiares. Famílias com uma só criança recebem ali 113 euros mensais de "abono". Mas o valor cresce com o aumento da prole: as famílias com seis filhos recebem perto de 700 euros. Se uma francesa der à luz trigêmeos ou quadrigêmeos, o valor do "abono" duplica automaticamente. Mais ainda: por cada criança nascida ou adoptada, o Estado paga 808 euros de "prémio extra", a receber ao sétimo mês de gravidez ou no mês seguinte à adopção.

Não surpreende, assim, que a taxa de natalidade francesa seja a segunda mais alta da Europa (1,88 filhos por mulher), tendo vindo a aumentar sustentadamente nos últimos cinco anos – mesmo com um défice orçamental acima dos três por cento. Mas as políticas proteccionistas não se limitam ao subsídio: 20 mil novos lugares foram recentemente abertos em creches estatais (onde os horários, das sete da manhã às sete da tarde, são compatíveis com a intensa vida profissional dos pais de hoje); as refeições da hora do almoço custam 50 euros por mês, por criança; e fraldas e jogos são oferecidos pelo Estado. Assim, 29 por cento ▶

CIADADÃOS SATISFEITOS

O infantário é a instituição em que os suecos mais confiam

Quer se trate de abono de família ou de ajudas de custo para a educação ou a habitação, o Estado sueco faz muito para apoiar as famílias com crianças; e os suecos retribuem, com uma taxa de natalidade em ascensão. Depois do nascimento, os pais têm direito a uma licença de maternidade paga: durante 13 meses, o Estado paga 80 por cento do salário e, depois desse período, ainda um montante fixo durante três meses.

Actualmente, 85 por cento das licenças de maternidade são gozadas pelas mães, mas o Estado faz tudo para ganhar também os pais para essa tarefa. Logo após o nascimento, também eles podem tirar dez dias de férias pagas.

Na Suécia, 80 por cento das mães trabalham e parece terem tudo menos peso na consciência: de acordo com uma sondagem, o infantário é a instituição estatal em que os suecos mais confiam. Todas as crianças até aos 12 anos têm direito a um lugar num estabelecimento de acolhimento. Quando um filho fica doente, tanto a mãe como o pai podem ficar em casa para prestar assistência. Até aos oito anos, os pais podem exigir que o respectivo emprego seja em regime de 'part-time' – o que é aproveitado por 50 por cento das mães. O Estado paga 80 por cento do vencimento durante a licença de maternidade. ■

FOCUS-MAGAZIN

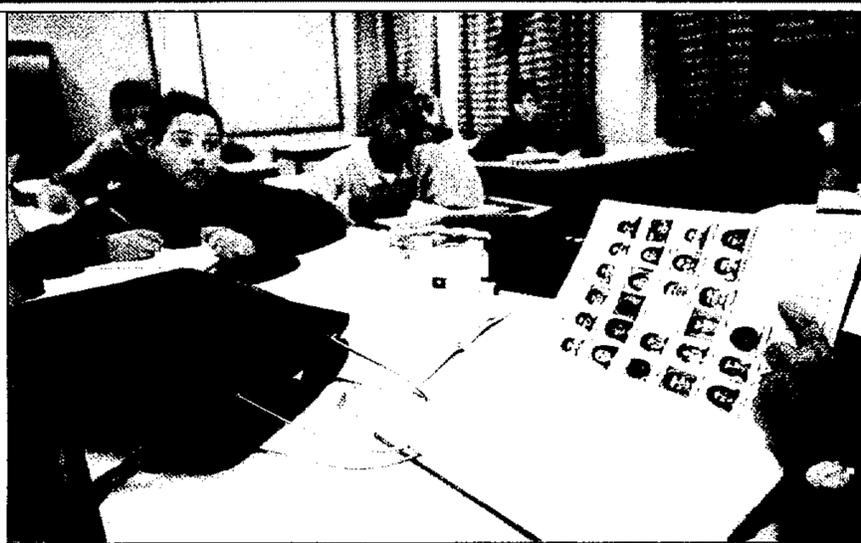


Arquivo Impala

DESERTIFICAÇÃO
A falta de alunos
já começou
a fazer-se
sentir também
nas universidades
- alerta João
César das Neves



Alexandre Azevedo



Jorge Firmino

ESTRANGEIROS
A população
estrangeira em
Portugal duplicou
em apenas dez
anos, assinala
o Instituto Nacional
de Estatística

ENTREVISTA: João César das Neves

“Não há incentivos”

O economista João César das Neves, da direcção do Observatório da Família, acusa o Estado

► das crianças francesas com menos de três anos frequenta um destes estabelecimentos oficiais (ultrapassando mesmo, com largueza, os dez por cento da vizinha e desenvolvida Alemanha).

Na Grécia, o subsídio mensal para o primeiro filho não chega aos seis euros e em Espanha é de apenas 25 euros – o que não deixará de contribuir para que a Grécia e Espanha sejam os países europeus com menor taxa de nascimentos da União Europeia. Na Alemanha, uma família com um filho recebe 154 euros por mês, na Dinamarca 148 euros até aos três anos de idade (descendo para os 134 até aos sete anos e para 105 até à maioridade). Embora apresentem um índice de nascimentos ainda insuficiente, estão em todo o caso acima das taxas da Europa do sul.

Em Portugal, onde nascem cada vez menos crianças (a uma taxa de natalidade de apenas 1,42), a prestação familiar foi recentemente actualizada. Os quatro escalões anteriores foram aumentados para seis, determinados agora pelo rendimento 'per capita', o que tendencialmente privilegia as famílias numerosas. No primeiro escalão, as crianças até aos 12 meses recebem um abono de 120 euros, as mais velhas recebem 30 euros. O montante decresce à medida que o rendimento familiar aumenta: se atingir cinco vezes o valor do salário mínimo nacional (que é de 365 euros), a família perde o direito ao subsídio. Todas as crianças residentes até aos 16 anos podem ser beneficiárias, incluindo as que vivem em instituições sociais. Se continuarem os estudos, os jovens podem receber o abono até aos 24 anos. ■

JORGE MORAIS

Focus – *É preocupante o decréscimo da taxa de natalidade portuguesa?*

João César das Neves – É preocupante por se vir estendendo por um período tão longo. A população portuguesa está estagnada há 20 anos e com uma tendência para a descida: só melhorou um pouco com a imigração.

Focus – *Que consequências decorrem dessa estagnação?*

J.C.N. – A mais visível é o buraco na Segurança Social, com o envelhecimento da população provocado pelo aumento da esperança de vida. Começa-se a notar nas universidades aquilo que já acontece nas escolas primárias e secundárias – não há alunos. É um problema também da sobrevivência da cultura europeia, face aos grupos de imigrantes.

Focus – *A que se deve a redução?*

J.C.N. – É uma questão cultural e económica, porque a família é influenciada por tudo. Penso que a família tem sido prejudicada pelos impostos e pelas políticas de educação. Ter filhos, hoje, é um disparate económico. Todo o sistema está montado para se ter um filho, no máximo dois.

Focus – *O Estado maltrata as famílias?*

J.C.N. – As famílias deixaram de ser uma prioridade.

Agora, que começam a aparecer os sintomas da decadência da natalidade, resolvem-se os sintomas mas não se resolve o problema. Temos políticas que incentivam as uniões de facto e os homossexuais debaixo de um chapéu de tolerância. Mas dizer que o casamento é uma coisa boa é quase uma ofensa: choca com a ideologia vigente.

Focus – *Os apoios familiares existentes são suficientes?*

J.C.N. – Portugal não tem incentivos sérios à família. Já se sabe que os incentivos dirigistas, através do Estado, não resultam. Seria preferível dar dinheiro às famílias, em vez de construir uma creche. Mas é difícil, porque o Estado prefere dar serviços (que controla) a dar dinheiro.

Focus – *Que medidas deveriam ser tomadas para incentivar o número de nascimentos?*

J.C.N. – Defendo a liberdade de educação, o fornecimento de serviços a utilizar pelas famílias quando o desejarem. As férias de parto e o apoio às crianças deviam ser mais flexíveis.

Focus – *Quantos filhos tem?*

J.C.N. – Quatro. Mas se calhar ainda vem mais um. ■

SUSANA LÚCIO



Alexandre Azevedo

